

GOVERNANÇA NAS ORGANIZAÇÕES DA SAÚDE: EDUCAR É POSSÍVEL E NECESSÁRIO

GOVERNANCE IN ORGANIZATIONS OF HEALTH:
EDUCATE IS POSSIBLE AND NECESSARY

Maria Cristina Sanches Amorim*

Escândalos de corrupção envolvendo organizações privadas, estatais e governos (União, estados e municípios) acentuaram a importância de um tema desde sempre, urgente: a necessidade do controle de todos os agentes sobre as organizações, ou, de governança. Exercer o controle é um dos elementos constituintes do poder, por isso mesmo, tarefa complexa que exige instrumentos de controle, instâncias legítimas de punição e ações educativas. O texto apresenta parte das reflexões da autora e demais pesquisadores do grupo certificado pelo CNPq Gestão, Economia e Política da PUC-SP envolvidos no projeto multidisciplinar sobre governança organizacional, iniciado em 2015. São eles: Prof. Dr. Flávio Morgado, Prof. Dr. Eduardo Pozzi Neto e Prof. Dr. Eduardo Perillo.

O termo governança corporativa surgiu nos EUA nos anos 80 (do inglês *corporate governance*), embora os problemas associados ao controle das organizações para mitigar ilícitos sejam tão antigos quanto a civilização. Na história recente, o início do século 20 evidenciou a nítida separação entre o proprietário do capital e os gestores do negócio, levando autoridades, empresários e parcelas da sociedade a construir leis e demais sistemas de controle sobre as organizações. No Brasil o tema começou a aparecer nos anos 90.

Os vários sistemas de controle que constituem a governança nasceram da necessidade do proprietário controlar os gestores do negócio, caracterizando-se pelo manejo de documentos contábeis e financeiros. À medida da evolução social, maior “miscigenação” entre capital público e privado (típico do capitalismo do século 21) e divulgação das terríveis consequências causadas pela corrupção nas organizações - uma das causas da crise econômica internacional iniciada em 2008 respeita a falhas graves de governança - o entendimento da governança vem sendo ampliado: é indiscutível a necessidade de controle da sociedade sobre o uso dos recursos econômicos pelas organizações públicas e privadas.

No segmento de produção e prestação de serviços de saúde o tema tem recebido certa atenção: seminários, cartas de princípios éticos nas associações patronais (documentos de *compliance*) e palestras. Claro está, é um bom começo, mas é preocupantemente insuficiente. Há no horizonte, no entanto, três fenômenos potencialmente catalisadores de avanços na implantação da governança nas organizações de saúde (cuja ordem de apresentação não é por importância).

O primeiro, em janeiro de 2015 a regulamentação da lei que permite a participação de capital estrangeiro nos hospitais (a regulação foi antecedida de alterações na Lei 8090-1990 e das Leis 9262-196 e 9.656-1998). Capitalistas estrangeiros trazem seu aparato de governança, seja pela obrigatoriedade de obediência às leis de seus países de origem, seja pela necessidade de controlar seus gestores. Não se trata de pregar a superioridade ética dos estrangeiros (imaginem!), mas é inegável, notórios corruptos julgados e condenados pela justiça brasileira e de outros países foram denunciados primeiramente pelos judiciários da Suíça,

Alemanha e EUA. Não julgamos servilismo de colonizados aprender com outros países como instituir governança nas organizações de saúde.

Segundo, a recessão econômica em curso e sem data para acabar e a consequente redução do dinheiro destinado à saúde também pode criar mais pressão social por maior eficácia no uso dos recursos e neste movimento, denunciar “falhas” de gestão que são de fato criminosas, com ou sem dolo.

Terceiro, a dimensão e a publicidade dos escândalos de corrupção envolvendo de um lado grandes empresas de capital misto, obras rodoviárias, conselhos da receita federal, presidentes do Legislativo e partidos políticos e de outro empresas da construção civil, bancos, indústrias e lobistas não só desmontaram redes pelas quais fluía a corrupção, como aumentaram a disposição da sociedade para repudiar nas ruas e nas urnas o lamentável *slogan* ademarista do “rouba mas faz”.

Hoje a sociedade sabe, quem rouba não faz, a corrupção drena recursos imprescindíveis ao atendimento das demandas sociais, algo ainda mais revoltante quando se abandona os cuidados à saúde do cidadão por conta da cobiça criminosa de uns e da inépcia (no melhor cenário) do Judiciário. Entre 2002 e 2011, o Tribunal de Contas da União identificou R\$ 2,3 bilhões desviados, 32% do total dos recursos das rubricas hospitalares, medicamentos, ambulâncias e equipamentos; o departamento nacional de auditoria do SUS encontrou irregularidades com verbas federais de R\$ 868 milhões entre 2008 e 2013, 1.339 processos irregulares no total de 5.424, dados levantados por Armando Grell em sua dissertação de mestrado em 2015.

Exercer governança é controlar, o controlador deve ter capacidade de vigiar e punir, na tradição de Foucault. Na governança, a vigilância atende pelo nome de transparência (ainda que a primeira não se resume à segunda), as informações relevantes devem estar acessíveis e compreensíveis a todos os agentes interessados (não adianta apenas publicar documentos contábeis inteligíveis a poucos em diários oficiais que não têm ferramentas de busca). A punição cabe ao Judiciário, ao qual convém lembrar, justiça que tarda, falha, faz caducar processos e deixar corruptos impunes - explica-se que os crimes do colarinho branco sejam imunes à justiça, expirando por decurso de prazo. Também aprendemos com Foucault, não há sistema de vigilância-punição perfeito. É preciso também atingir corações e mentes dos cidadãos. Campanhas educativas são instrumentos indicados para este efeito.

Campanhas educativas devem ser desenhadas para reforçar a positividade coletiva dos comportamentos éticos e

Rev. Fac. Ciênc. Méd. Sorocaba, v. 17, n. 4, p. 243-244, 2015

* Economista, professora titular e coordenadora do grupo de pesquisa Gestão, Economia e Política da PUC-SP, membro do Comitê da Cadeia Produtiva da Saúde da FIESP.

Recebido em 23/11/2015. Aceito para publicação em 30/11/2015.

Contato: cris.amorim@puccsp.br

para empurrar os poderes constitucionais as suas responsabilidades de vigiar e punir fora do escopo partidário. Correção ética não pode ser compromisso e muito menos programa partidário, afinal, é o mínimo exigido pela lei a quem disputa o governo.

A hora é oportuna para a constituição de grandes campanhas voltadas para a necessidade de comportamentos éticos como condição de sobrevivência em sociedade e para pressionar Executivo, Legislativo e Judiciário ao cumprimento de suas funções constitucionais, a defesa dos interesses nacionais.

Antes que o leitor esboce um sorriso de compaixão pela aparente ingenuidade do texto em defender o ensino da ética ou a capacidade popular de pressionar os Poderes da República, lembremos alguns pontos. O comportamento ético e solidário (colaborativo, nos termos da teoria dos jogos) é tão natural ao ser humano quanto o antiético e egoísta. A colaboração inata é uma tese tão antiga na filosofia e na biologia que dispensa maiores explicações. De todo modo, ao leitor curioso com a asserção recomendo a leitura de “Em busca de Espinosa: prazer e dor na ciência dos sentimentos”, de António Damásio, publicado

pela Cia. das Letras, em 2004 (Damásio é português, professor de neurologia da Yowa University, autor premiado em vários países).

Caro leitor, a nossa volta há intermináveis exemplos de campanhas educativas bem sucedidas (com ou sem associação à punições ou prêmios): uso de preservativos para ajudar a conter a expansão da AIDS; redução do tabagismo; redução do consumo de refrigerantes (o fenômeno é mundial, as ações da Coca-Cola, considerada uma das marcas mais “valiosas” do mundo, periclitam); separação de lixo para coleta seletiva; ações voluntárias para cuidar de pessoas vulneráveis e até mesmo de animais, entre tantos outros.

Um último argumento para sensibilizar nosso leitor cético: a crença no comportamento egoísta como único definidor do comportamento humano é tão somente uma crença, uma forma de ver o mundo segundo a qual as pessoas apenas se motivam por prêmios ou medo de punições. Ora, ao menos desde Kant (1724-1804) sabemos que o bem é sua própria recompensa. Ainda não acredita? Experimente agir colaborativamente e repare sua sensação.